



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE RORAIMA**

"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"

11ª SELEÇÃO de ESTÁGIO

ENSINO SUPERIOR EM DIREITO

CADERNO DE PROVA

Boa Vista-RR, 17 de maio de 2015



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
PROCESSO SELETIVO – ESTÁGIO FORENSE 2015**

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

- *Abra este Caderno de Questões somente quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Esta Prova abrange 02 (duas) partes, assim constituídas: **1ª Parte - Prova Objetiva de Múltipla Escolha**, contendo **45** (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha com **04** (quatro) alternativas cada, sendo **06** (seis) questões de Direito Constitucional, **06** (seis) questões de Direito Penal, **06** (seis) questões de Direito Processual Penal, **06** (seis) questões de Direito Civil, **06** (seis) questões de Direito Processual Civil, **02** (duas) questões de Direito Administrativo, **05** (cinco) questões de Legislação Especial, **05** (cinco) questões sobre a Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Estadual-RR nº 164/10 e **03** (três) questões de Direitos Humanos. **2ª Parte – Prova Subjetiva**, contendo **02** (duas) questões, sendo **01** (uma) de Direito Penal e **01** (uma) de Direito Civil.*
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da prova objetiva, você receberá um Cartão-Resposta. Para responder às questões subjetivas você receberá uma Folha de Respostas Subjetivas, contendo espaço para respostas das duas questões subjetivas. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão-Resposta e na Folha de Respostas Subjetivas coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas do Cartão-Resposta devem ser preenchidas, totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta. Cada questão objetiva apresenta apenas uma resposta correta.*
- *Você dispõe de 4 horas para responder todas as duas partes da Prova (Objetiva e Subjetiva) – já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta. O tempo de Prova está dosado, de modo a permitir fazê-la com tranquilidade.*
- *Você só poderá retirar-se da sala **01** (uma) hora após o início da Prova. Somente poderá levar este caderno de questões nos últimos **30** (trinta) minutos para o encerramento desta prova.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta e respondida Folha de Respostas Subjetivas, entregue-os (Cartão-Resposta e Folha de Respostas Subjetivas) ao Fiscal juntamente com este Caderno e deixe a sala em silêncio.*
- *Qualquer identificação no Cartão-Resposta ou na Folha de Respostas Subjetivas implicará na eliminação do candidato.*

BOA SORTE!

1ª PARTE – PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

QUESTÃO 01 – Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. () Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal;
- b. () Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- c. () Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- d. () É livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.

QUESTÃO 02 – Segundo a Constituição Federal, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, conceder-se-á:

- a. () Habeas corpus;
- b. () Mandado de segurança;
- c. () Habeas data;
- d. () Mandado de injunção.

QUESTÃO 03 – Sobre o habeas corpus, é **INCORRETO** afirmar que:

- a. () Será cabível sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;
- b. () Sua impetração somente poderá ser feita por Advogado constituído ou Defensor Público;
- c. () Poderá ser impetrado de forma preventiva, diante da iminência da violência ou coação à liberdade de locomoção;
- d. () É isento de custas processuais.

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa **INCORRETA**.

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente:

- a. () A promoção exclusiva da ação penal pública incondicionada;
- b. () A orientação jurídica integral e gratuita, em todos os graus, judicial e extrajudicial;
- c. () A promoção dos direitos humanos;
- d. () A promoção dos direitos individuais e coletivos.

QUESTÃO 05 – De acordo com a Constituição Federal, são penalmente **INIMPUTÁVEIS**:

- a. () Os menores de 18 anos;
- b. () Os menores de 16 anos;
- c. () Os menores de 12 anos;
- d. () Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 06 – Acerca do casamento e da união estável, assinale a opção **INCORRETA**:

- a. () O casamento é civil e gratuita a sua celebração, salvo para as pessoas que não declararem a hipossuficiência de recursos financeiros;
- b. () O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei;
- c. () A união estável é reconhecida como entidade familiar;
- d. () A lei deve facilitar a conversão da união estável em casamento.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 07 – Assinale a única opção **INCORRETA**.

- a. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado;
- b. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não se aplica aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória;
- c. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime;
- d. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

QUESTÃO 08 – Considera-se qualificado o homicídio cometido:

- a. Mediante paga ou promessa de recompensa ou por outro motivo qualquer;
- b. À traição ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;
- c. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, arma de fogo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;
- d. Por motivo egoístico.

QUESTÃO 09 – Quanto à relação de causalidade do crime, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a. O resultado, de que dependa a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa de forma direta;
- b. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido;
- c. A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação do crime, em qualquer circunstância;
- d. A omissão não é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

QUESTÃO 10 – Acerca da ilicitude, **HÁ CRIME** quando o agente pratica o fato em:

- a. Estado de necessidade;
- b. Legítima defesa;
- c. Estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito;
- d. Qualquer das hipóteses anteriores, quando houver excesso doloso ou culposos.

QUESTÃO 11 – Exclui a imputabilidade penal:

- a. A emoção ou a paixão;
- b. A embriaguez voluntária;
- c. A menoridade;
- d. A embriaguez culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

QUESTÃO 12 – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Ocorre concurso material quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não;
- b. No concurso material, responderá o agente pela pena mais grave atribuída aos crimes praticados ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até dois terços;
- c. Ocorre concurso formal quando o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não;
- d. No concurso formal, responderá o agente pela pena mais grave atribuída aos crimes praticados ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 13 – O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, exceto para os crimes:

- a. De competência da Justiça Militar;
- b. Praticados contra a vida;
- c. De lavagem de dinheiro;
- d. Contra a ordem pública.

QUESTÃO 14 – Acerca da prisão provisória, julgue os itens a seguir e assinale a resposta **INCORRETA**:

- a. Ao receber o auto da prisão em flagrante, o juiz deverá relaxar a prisão ilegal;
- b. Havendo a concessão de liberdade provisória, a falta de comparecimento aos atos processuais posteriores não poderá ocasionar a revogação da medida;
- c. A liberdade provisória poderá ser concedida com ou sem fiança;
- d. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.

QUESTÃO 15 – **NÃO** é requisito da sentença penal:

- a. Os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- b. A exposição sucinta da acusação e da defesa;
- c. A assinatura do Defensor Público;
- d. A indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão.

QUESTÃO 16 – É competência do tribunal do júri julgar:

- a. Os crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados;
- b. Os crimes dolosos e culposos contra a vida, consumados ou tentados;
- c. Os crimes dolosos contra a pessoa, consumados ou tentados;
- d. Apenas os crimes hediondos.

QUESTÃO 17 – Os juizados especiais criminais têm competência para:

- a. A conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais cujas penas não ultrapassem os 8 anos de reclusão;
- b. A conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais cujas penas não ultrapassem os 6 anos de reclusão;
- c. A conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo;
- d. Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 18 – Em se tratando de crimes regidos pela Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), o inquérito policial será concluído no prazo de:

- a. 30 dias se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto;
- b. 15 dias se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto;
- c. 30 dias se o indiciado estiver preso, e de 60 dias, quando solto;
- d. 20 dias se o indiciado estiver preso, e de 60 dias, quando solto.

Direito Civil

QUESTÃO 19 – Acerca da capacidade para exercer os atos da vida civil, assinale a opção **INCORRETA**:

- a. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de 16 anos e menores de 18 anos;
- b. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos;
- c. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- d. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

QUESTÃO 20 – Acerca da cessação da incapacidade para os menores, assinale a opção **INCORRETA**:

- a. Cessará a incapacidade pela emancipação conferida pelos pais para os maiores de 12 anos e menores de 18 anos;
- b. A emancipação somente poderá ocorrer pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, se o menor tiver 16 anos completos;
- c. Pelo casamento;
- d. Pela colação de grau em curso de ensino superior.

QUESTÃO 21 – Acerca da união estável entre o homem e a mulher, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. A união estável entre o homem e a mulher é reconhecida como entidade familiar, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família;
- b. A intenção de constituição de família não é requisito indispensável para a configuração da união estável;
- c. A união estável poderá ser convertida em casamento;
- d. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres da lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

QUESTÃO 22 – Acerca do casamento, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. O casamento estabelece a comunhão plena de vida, com base na igualdade e direitos e deveres dos cônjuges;
- b. O casamento é civil e gratuita a sua celebração. A habilitação para o casamento, o registro e a primeira certidão serão isentos de selos, emolumentos e custas, para as pessoas cuja pobreza for declarada, sob as penas da lei;
- c. Em casos excepcionais, podem casar os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;
- d. São impedidos de casar o adotado com o filho do adotante.

QUESTÃO 23 – Quanto ao regime de bens entre os cônjuges, é **INCORRETO** afirmar:

- a. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipularem livremente o regime dos bens que vigorará após o casamento;
- b. O regime dos bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento;
- c. Admite-se a alteração do regime de bens após a celebração do casamento;
- d. Não havendo convenção quanto aos bens entre os cônjuges, vigorará o regime da participação final nos aquestos.

o

QUESTÃO 24 – Acerca dos alimentos, é INCORRETO afirmar que:

- a. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação;
- b. Para a fixação do valor dos alimentos, o juiz deverá observar o limite máximo correspondente a um terço dos rendimentos da pessoa obrigada;
- c. Devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada;
- d. Podem ser fixados sem a prova da paternidade, no caso dos alimentos gravídicos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 25 – Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das três condições da ação:

- a. Possibilidade jurídica do pedido;
- b. Legitimidade das partes;
- c. Verossimilhança das alegações;
- d. Interesse processual, também chamado de interesse de agir.

QUESTÃO 26 – O autor será carecedor do direito de ação (carência de ação) quando estiver(em) ausente(s) no processo:

- a. Qualquer uma das três condições da ação;
- b. A prova inequívoca dos fatos alegados;
- c. A verossimilhança das alegações;
- d. O abuso do direito de defesa.

QUESTÃO 27 – A petição inicial deverá indicar:

- a. O juiz ou tribunal, a quem é dirigida;
- b. O valor da causa;
- c. O fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
- d. Todas as alternativas anteriores estão corretas.

QUESTÃO 28 – Analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

A extinção do processo ocorrerá sem a resolução de mérito, quando:

- a. O juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- b. O autor desistir da ação;
- c. O juiz acolher a alegação de coisa julgada;
- d. O juiz indeferir a petição inicial.

QUESTÃO 29 – Analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

Haverá resolução de mérito, quando:

- a. O juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- b. O juiz pronunciar a decadência;
- c. Quando o juiz indeferir a petição inicial;
- d. Quando as partes transigirem.

QUESTÃO 30 – De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95), julgue as alternativas abaixo e assinale a **INCORRETA**:

- a. Nas causas de valor equivalente a até 40 (quarenta) vezes o salário mínimo, o autor poderá demandar sem a assistência de Advogado ou Defensor Público;
- b. Não se admitirá a intervenção de terceiros nos processos em tramitação nos Juizados Especiais Cíveis;
- c. O processo regido pela Lei dos Juizados Especiais Cíveis orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade;
- d. A opção pelo procedimento previsto Lei nº 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite de 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 31 – **NÃO** é um princípio que rege a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a. Legalidade;
- b. Moralidade;
- c. Publicidade;
- d. Anterioridade.

QUESTÃO 32 – Para o setor privado é lícito fazer-se o que a lei não proíbe. No entanto, no âmbito do Poder Público todo ato administrativo pressupõe a existência de permissão legal, o que está sintetizado no princípio da:

- a. Finalidade para os Poderes Executivo e Legislativo;
- b. Moralidade, presente nos três Poderes Públicos em qualquer nível;
- c. Legalidade, válido para os três Poderes Políticos em todos os níveis;
- d. Impessoalidade e razoabilidade dos Poderes.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

QUESTÃO 33 – Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90), julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente;
- b. Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa até os 14 (quatorze) anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos;
- c. Para os efeitos do ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal;
- d. Em nenhuma hipótese deverá o juiz aplicar a medida de internação, havendo outra medida adequada. A medida socioeducativa aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

QUESTÃO 34 – Analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**.

Verificada a prática de ato infracional, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90), a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- a. Advertência;
- b. Obrigação de reparar o dano;
- c. Prestação de trabalhos forçados;
- d. Internação em estabelecimento educacional.

QUESTÃO 35 – De acordo com o Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078/90), julgue os itens abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;
- b. Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial;
- c. Serviço é qualquer atividade fornecida, no mercado de consumo, mediante remuneração, exceto as de atividade bancária;
- d. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição de produtos ou prestação de serviços.

QUESTÃO 36 – Analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

Para os fins do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), consideram-se idosos as pessoas com idade igual ou superior a:

- a. 60 (sessenta) anos;
- b. 65 (sessenta e cinco) anos;
- c. 70 (setenta) anos;
- d. 75 (setenta e cinco) anos.

QUESTÃO 37 – De acordo com o Decreto Federal nº 3.298/99, a pessoa com deficiência terá o percentual mínimo de ____ das vagas asseguradas nos concursos públicos.

- a. 5%;
- b. 7%;
- c. 10%;
- d. 20%.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 80/94 e LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 164/10

QUESTÃO 38 – **NÃO É** função institucional da Defensoria Pública do Estado:

- a. Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos interesses dos necessitados;
- b. Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos;
- c. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- d. Realizar a prestação jurisdicional do Estado.

QUESTÃO 39 – O _____ **NÃO É** membro nato do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima:

- a. Defensor Público-Geral;
- b. Subdefensor Público-Geral;
- c. Defensor Público Estadual, eleito como Conselheiro;
- d. Corregedor-Geral.

QUESTÃO 40 – São princípios institucionais da Defensoria Pública do Estado de Roraima:

- a. A fraternidade, a igualdade e a liberdade;
- b. A unidade, a igualdade e a liberdade;
- c. A igualdade, a independência funcional e a unidade;
- d. A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

o

QUESTÃO 41 – Ao Estagiário da Defensoria Pública é vedado:

- a. Auxiliar o Membro da Defensoria Pública no exame de autos e papéis;
- b. Estar presente às Sessões do Tribunal do Júri;
- c. Exercer atividades relacionadas com a advocacia privada, funções judiciárias e policiais;
- d. Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 42 – Assinale a alternativa que corresponde a um **ÓRGÃO AUXILIAR** da Defensoria Pública do Estado de Roraima:

- a. Defensoria Pública da Capital;
- b. Defensorias Públicas do Interior;
- c. Estagiário;
- d. Central de Relacionamento com o Cidadão.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 43 – Acerca dos direitos humanos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Os direitos fundamentais de primeira geração são os ligados ao valor liberdade (direitos civis e políticos);
- b. Os direitos fundamentais de segunda geração são os direitos sociais, econômicos e culturais;
- c. Os direitos fundamentais de terceira geração estão ligados à fraternidade ou solidariedade;
- d. Para que os direitos de primeira geração sejam assegurados, é preciso que o Estado atue positivamente com ações e programas. Por seu turno, os direitos de segunda geração exigem uma abstenção do Estado, pois são direitos de caráter negativo.

QUESTÃO 44 – Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às:

- a. Medidas provisórias;
- b. Lei ordinárias;
- c. Emendas Constitucionais;
- d. Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 45 – São vertentes da proteção internacional da pessoa humana:

- a. Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados;
- b. Direito constitucional, direito administrativo e direito civil;
- c. Direitos humanos, direito dos povos e direito internacional;
- d. Direito civil, direito processual civil e direito constitucional.

2ª PARTE – PROVA SUBJETIVA

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

- Verifique se este caderno contém um total de 2 questões subjetivas, numeradas de 01 a 02. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo.
- As duas partes da prova terão duração total de 04 (quatro) horas.
- Utilize apenas **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA OU AZUL**.
- **Sua identificação está impressa nesta página pelo número de inscrição (veja acima, à direita).**
- **Não faça qualquer outro sinal ou marca que possa identificá-lo, pois acarretará anulação da prova e eliminação do candidato.**
- Você recebeu uma Folha de Respostas Subjetivas. Mantenha a Folha de Respostas Subjetivas sem rasuras e não use corretivo. Em caso de erro ao escrever, proceda da seguinte maneira: colocar a(s) palavra(s) entre parênteses e fazer um traço (APENAS UM TRAÇO) horizontal no meio da palavra. Exemplo: (~~exame~~).
- Utilize, **apenas**, o espaço destinado na folha de respostas. Tudo que estiver fora do espaço previsto para resposta não será considerado. Não será permitido o uso de celular, calculadora e outros equipamentos eletrônicos.
- Para rascunho utilize apenas a folha pautada no final deste caderno, que **NÃO PODERÁ** ser destacada e não será considerada para fins de correção.
- Leia com cuidado cada uma das questões, atentando para o enunciado. As respostas devem ser **LEGÍVEIS E CLARAS**. Responda apenas o que está sendo perguntado. O que não estiver relacionado com a pergunta, não será considerado.
- O candidato só poderá deixar definitivamente a sala após uma hora do início da prova.
- Somente será permitida a saída do candidato da sala de exames durante a prova quando acompanhado por um fiscal.
- **Este caderno, bem como o cartão-resposta e a folha de respostas subjetivas DEVERÃO** ser entregues ao final da prova.

BOA SORTE!

QUESTÕES SUBJETIVAS

QUESTÃO 01 - (Direito Penal) – Segundo o Código Penal Brasileiro, o crime poderá ser doloso ou culposo; consumado ou tentado. Discorra brevemente sobre as diferenças conceituais entre: a) o crime doloso e o crime culposo; b) o crime consumado e o crime tentado. (MÁXIMO DE 10 LINHAS)

QUESTÃO 02 - (Direito Civil) – Segundo o Código Civil Brasileiro, toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, de acordo com alguns critérios. A partir dessa afirmação pergunta-se;

- a) As pessoas menores de 16 (dezesseis) anos têm capacidade civil para a prática dos atos da vida civil?
- b) As pessoas maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos têm capacidade civil para a prática dos atos da vida civil?

Responda as questões acima e classifique em cada uma delas a faixa etária indicada de acordo com a capacidade absoluta ou relativa, esclarecendo ainda sobre a necessidade de assistência ou representação para a prática dos atos da vida civil, em cada caso. (MÁXIMO DE 10 LINHAS)

**RESPONDER
APENAS NA
FOLHA DE
RESPOSTAS
SUBJETIVAS**

Não considerada para
fins de correção

RASCUNHO